

O QUE PODE NOS ENSINAR O UTILITARISMO SOBRE O VERDADEIRO SIGNIFICADO DE SER A FAVOR DA VIDA

What utilitarianism can teach us about the true meaning of being pro-life

Cinara Nahra¹

Resumo: O objetivo deste artigo é mostrar as incoerências da condenação moral absoluta ao aborto feito pelos grupos “pro life” bem como propor que se estabeleça um discurso em defesa da vida que seja coerente, racional e não hipócrita. Para isso, faremos uma análise crítica do discurso “pro life” e a seguir discutiremos o que significa uma efetiva defesa da vida, a partir de uma visão não moralista, baseada no utilitarismo de J.S Mill, e propondo o que chamamos de “reprodução consciente”, mostrando também que a não legalização do aborto, defendida pelo movimento “pro life” tem como consequência, paradoxalmente, a desvalorização da vida.

Palavras-chave: Utilitarismo; J.S. Mill; pro life.

Abstract: The aim of this article is to show the incoherencies of the pro life groups moral condemnation of abortion as well as to propose a defense of life in a coherent, rational and non hypocritical way. In order to do this, I will carry out a critique of “pro life” views and discuss what it meant by a real and non moralistic defense of life, based on the utilitarianism of John Stuart Mill and proposing what I will call, “conscious reproduction” showing also that the criminalization of abortion defended by pro life groups leads, paradoxically, to the devaluation of life.

Keywords: Utilitarianism; J.S. Mill; pro life.

O Movimento *pro life*

O movimento contemporâneo organizado pretensamente “em defesa da vida” tem um surgimento que pode ser histórica e geograficamente localizado. Em 1967 surge a primeira organização “*pro-life*” nos Estados Unidos da América, a chamada *Virginia Society for Human Life*. A ideia básica desta organização era se opor ao aborto, aborto que nos EUA viria a se tornar legalmente possível a partir do famoso caso Roe X Wade, decidido pela Suprema Corte americana². O caso correu por alguns anos, com sucessivos recursos, até que chegou a Suprema Corte dos EUA, quando foi decidido que como o direito à privacidade está garantido pela constituição americana, nenhum Estado

¹ Professora do Departamento de Filosofia da UFRN. Bolsista Produtividade CNPQ. E-mail para contato: cinaranahra@hotmail.com

² Há uma vasta literatura sobre o caso Roe X Wade. Ver por exemplo Weddington, Sarah *A question of Choice* (New York: Penguin Books, 1993) e Greenhouse, Linda e Siegel, Reva B *Before Roe v Wade : Voices that shaped the abortion debate before the supreme court’s ruling* (New York: Kaplan Publishing , 2010).

pode aprovar legislação contrária a ele, e assim nenhum Estado poderia aprovar legislação contrária ao aborto.

A partir da inconformidade com esta decisão o chamado movimento “*pro life*” cresceu e ampliou-se, estendendo suas bandeiras para além da condenação ao aborto, condenando também a eutanásia, a manipulação de embriões e pesquisas com células tronco.

Suscintamente podemos dizer que as organizações que participam do movimento “*pro life*” condenam moralmente o aborto. Acreditam que o óvulo a partir do momento em que é fecundado é já um ser humano, e, portanto, é errado tirar-lhe a vida. Aqueles que compartilham desta posição acreditam então que tirar a vida de um embrião é tão moralmente errado quanto tirar a vida de um bebê ou de um ser humano adulto ou idoso.

O discurso do movimento “*pro life*” e o discurso da maioria das Igrejas é praticamente o mesmo. Resumidamente condena-se como sendo imorais práticas como a) aborto b) eutanásia (inclusive a voluntária, ou seja, aquela feita a pedido da própria pessoa) c) toda e qualquer manipulação com embriões d) toda e qualquer pesquisa com células tronco. Além da condenação moral, os movimentos “*pro life*” se propõem a influenciar os estados e seus governantes, bem como a opinião pública, no sentido de evitar a promulgação de leis que possibilitem o aborto, a eutanásia, à manipulação de embriões e a pesquisa com células tronco.

Todas estas condenações, sob o argumento da defesa da vida, apresentam aspectos contraditórios. Se os grupos “*pro life*” efetivamente defendem a vida, por que estes grupos se opõem, por exemplo, a técnica conhecida como seleção de embriões, na qual vários embriões são criados e apenas um é escolhido para ser implantado no útero e vir a se desenvolver, exatamente aquele embrião que tem características genéticas tais que pode fornecer material genético para que a vida de uma pessoa (geralmente um irmão/irmã) possa ser salva?³ Neste caso o bebê nasce, ou seja, mais uma vida é

³ Estamos falando aqui não apenas da técnica do diagnóstico genético pré-natal (PGD), mas da seleção de embriões, que é o procedimento através do qual que vários embriões são cultivados e finalmente um é selecionado para ser implantado no útero. O caso levantado aqui é o da seleção de um determinado embrião porque ele tem características genéticas que são desejáveis para salvar a vida de outra pessoa (geralmente um irmão) que corre risco de vida e pode ser salva pelo uso do material genético que será fornecido pelo futuro bebê

colocada no mundo, e este bebê, com a doação de seu material genético, propicia que também outra vida seja salva, ou seja, com o uso desta técnica, uma vida é criada e a outra salva, o que sob o parâmetro da análise das consequências da ação, e de uma visão utilitarista, é muito bom, já que estaríamos aumentando o prazer e diminuimos a dor no mundo. Porque são os adeptos dos grupos *pro life*, então, contra a seleção de embriões?

As inconsistências do discurso *pro-life*: um estudo de caso

Um caso que expõe claramente as inconsistências da visão "*pro life*", e mostra o quanto em nome de uma suposta defesa da vida pode-se colocar a vida humana em perigo, foi o que envolveu o ex-arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho que em 2009 se posicionou contra o aborto a ser realizado em uma menina que ficou grávida aos nove anos, violentada pelo padrasto em Recife, e que por autorização da mãe, teve a gestação interrompida. A menina, além de ter sido estuprada, corria risco de vida caso viesse a ter os filhos, que seriam gêmeos. O arcebispo, entretanto, não só condenou o aborto como excomungou a mãe e os médicos que realizaram o aborto. Em entrevista o ex-arcebispo afirmou o seguinte⁴:

A doutrina Moral da Igreja procura catequizar e preparar os fiéis para viverem de acordo com a Lei de Deus. Nós estudamos o Catecismo da Igreja Católica, aprendemos os Dez Mandamentos e o 5º Mandamento diz "Não matar". Isto é, nenhum ser humano tem direito de tirar a vida de outro. Agora se tratando de tirar a vida de um inocente que ainda não nasceu, o caso do aborto, a Igreja diz que é um delito muito mais grave e, por isso, a Igreja estabeleceu para este delito esta pena de excomunhão, que se chama "latae sententiae", quer dizer é automática, já incorreu.

A incoerência aqui é latente. A condenação da mãe da menina e dos médicos que realizaram o aborto vem do princípio assumido que "nenhum ser humano tem o direito de tirar a vida do outro". Entretanto a chance da menina morrer ao dar a luz era muito alta. Se o aborto no caso em questão não tivesse sido realizado, não estaríamos condenando uma inocente à morte? Se o princípio que fundamentou a condenação feita pelo arcebispo fosse aplicado do modo como este propunha, ou seja, como justificativa para impedir o aborto, nós estaríamos, por omissão⁵ causando a morte, agora não de um

⁴ SOBRINHO, Dom José Cardoso, entrevista ao canal nova notícias em 05 de março de 2009 acessado em 22/02/2012 no link: <<http://noticias.cancaonova.com/noticia.php?id=272440>>.

⁵ Conforme observado por Smart em *Utilitarianism For and Against* (p.95) está envolvido no utilitarismo uma forte noção de responsabilidade negativa, ou seja, que somos tão responsáveis por coisas que permitimos ou não conseguimos prevenir quanto por coisas que nós mesmo causamos. No caso se fosse negado à criança de nove anos o direito de abortar, e esta morresse (como era provável) em consequência

feto, mas de uma criança de nove anos, que, esta sim, tem incondicionalmente o direito à vida.

Vários setores da sociedade no Brasil e no mundo se indignaram com a atitude do ex-arcebispo, mas houve também aprovação de sua atitude por parte de alguns grupos denominados *pro life*. Um mês depois do acontecido este recebeu no Recife o Prêmio *Cardeal Von Galen*, concedido pela instituição norte-americana *Human Life International* ⁶. Sua atitude foi considerada "heroica" pela instituição, que premia atitudes supostamente em defesa da vida.

Há vários elementos a serem discutidos neste caso, mas a hipocrisia salta aos olhos. Se a visão "*pro life*" tivesse prevalecido neste caso teríamos agora uma dupla injustiça: uma menina inocente, vítima da violência doméstica, teria sido condenada a morte em função das consequências de um ato do qual ela foi vítima. A consequência da aplicação da visão "*pro life*", neste caso, seria vitimizar ainda mais o inocente que já foi vítima, enquanto que o agressor, o pai que provocou o fato, seria no máximo preso por algum tempo e depois voltaria a conviver em sociedade.

A pergunta que deve ser feita a é: de que forma grupos que se arvoram "*pro vida*" podem tão enfaticamente sugerir atos que tão claramente levam a uma cultura de morte e injustiça?

Questionando o discurso *pro life* e defendendo a vida a partir de um olhar não moralista

É necessário, me parece, olhar para esta questão da vida e dos princípios que justificam que se tire a vida de alguém de um modo completamente diferente do modo como os grupos "*pro life*" veem esta questão, ou seja, é necessário olhar para esta questão de um modo moral e não moralista, de um modo não hipócrita, e para isso a visão utilitarista pode nos ajudar. Tirar uma vida humana não é sempre errado (é errado na grande maioria das vezes, mas não é sempre errado),⁷ mas isto não deve significar de

do parto, aqueles que lhe tivessem negado o direito ao aborto, seriam, por omissão, do ponto de vista consequencialista, também responsáveis por sua morte.

⁶ HUMAN LIFE INTERNATIONAL, site acessado em 25/02/ 2012 no link: <<http://www.hli.org/index.php/news/von-galen-awards/722?task=view>>.

⁷ Na visão consequencialista utilitarista, como sabemos, a vida humana não é sagrada, ou seja, não é sempre errado tirar uma vida humana (embora o seja na grande maioria das vezes) , já que há algumas

modo algum uma banalização da vida. Ao contrário a vida humana deve ser valorizada e protegida, e por isto devemos estabelecer claramente quando, ou seja, sob que condições tirar uma vida humana pode ser permitido, e vejo aqui, três subprincípios que autorizariam a exceção, a saber: 1) Quando tiramos a vida de um agressor a fim de proteger a nossa integridade física ou a de outros (caso da legítima defesa); 2) Quando autorizamos que seja tirada a nossa própria vida voluntariamente, a fim de nos livrar de um sofrimento físico ou mental insuportável e permanente para o qual é atestado por médicos que não há nenhuma possibilidade de ser diminuído (caso da eutanásia voluntária); 3) Quando a vida humana em questão não é ainda nascida.

O que me interessa aqui é a justificação do ponto três, relativo ao aborto. Aqueles que se opõem incondicionalmente ao aborto argumentam que um feto, ou mesmo um embrião, são já seres humanos com plenos direitos, e, portanto, com o direito incondicional à vida, o mesmo direito que bebês, crianças e todos nós, seres humanos adultos temos.

Não há dúvidas que no caso de seres humanos as vidas de todos os seres humanos nascidos, independentemente de diferenças de sexo, raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade, religião, deveriam ter, em princípio, o mesmo valor, e todos nós deveríamos respeitar a não atentar contra a vida de outros e sua liberdade. Mas o que dizer sobre os ainda não nascidos? Seria a destruição de células resultantes da fecundação de um óvulo por um espermatozoide, ou a destruição de um embrião, tão relevante quanto a morte de um bebê? Seria a morte de uma criança tão relevante quanto o aborto de um feto?

Um aspecto importante de um embrião ou feto é que eles não são ainda seres biologicamente independentes que podem viver sem suas mães. Esta independência biológica completa somente acontecerá no momento em que eles se encontrarem fora do útero materno, que é o momento em que eles nascerão. Nos mamíferos é neste momento que o indivíduo poderá sobreviver mesmo que sua mãe morra. Antes do momento do nascimento o feto morrerá se morrer a mãe, e em estágios avançados de gravidez se a mãe morrer haverá somente um período de tempo muito pequeno para que o feto seja removido do útero materno prematuramente garantindo sua sobrevivência.

circunstâncias que poderiam justificar que se tire uma vida humana, como por exemplo, quando é necessário tirar uma vida para que milhares de outras sejam salvas.

Esta dependência biológica do feto sugere que não podemos conferir a um feto dentro do útero materno o mesmo status moral e os mesmos direitos que damos, por exemplo, a um bebê recém-nascido. Isto não significa que o feto não tem nenhum direito e não significa que ele não tem estatuto moral, significa apenas que ele não tem o mesmo direito incondicional à vida e o mesmo estatuto moral que seres humanos nascidos têm. Deste modo considerações tais como risco para a vida da mãe, estupro, gravidez acidental, doenças e muitas outras podem legitimamente justificar que uma mulher grávida interrompa voluntariamente a gravidez, abortando o feto.

Assim, em princípio não há nada errado com o aborto, isto é, a interrupção voluntária de uma gravidez por uma mulher através de assistência médica apropriada. Entretanto isto não significa que não exista nenhum problema moral com o aborto. Desde que um feto é uma forma de vida (embora não seja uma forma de vida completamente independente, já que depende inteiramente da mãe pra sobreviver) mulheres e casais deveriam evitar por todos os meios possíveis a gravidez, se eles não têm a intenção de ter o bebê, já que não há nenhuma razão para criar uma forma de vida embrionária que sabemos que será morta antes de ser nascida sem que esta criação sirva a algum bom propósito. Atualmente estão fartamente disponíveis uma miríade de contraceptivos como preservativos e pílulas anticoncepcionais, e elas deveriam ser usadas por aqueles que não querem ter filhos. Estes contraceptivos são, evidentemente, preferíveis ao aborto já que evitam a criação de formas embrionárias de vidas humanas que nunca nascerão. Se, entretanto, a gravidez ocorrer não há uma proibição deontológica absoluta para a sua interrupção (não devemos nunca interromper uma gravidez!) já que poderíamos ainda ter razões legítimas para interromper a gravidez, mesmo que inicialmente não tenhamos tomado todos os cuidados necessários para evitá-la.

Se nós tomamos estas considerações morais como base para o estabelecimento de políticas públicas, me parece que o aborto deveria ser permitido e legalizado, mas ao mesmo tempo mulheres e casais deveriam ser educados e altamente incentivados a usar todos os meios anticoncepcionais seguros e aprovados, ao invés do aborto, se eles não têm a intenção de ter filhos.

A reprodução consciente

John Stuart Mill ⁸ escreve que “o mais forte argumento contra a interferência do público na conduta puramente pessoal é o de que, quando interfere, provavelmente interfere mal e no lugar errado”. Em toda sua obra Mill se preocupa com a interferência excessiva do Estado sobre a vida social. O Estado muitas vezes interfere mal e erroneamente na vida das pessoas, ou seja, não interfere onde deveria interferir e interfere onde não devia. Mill nos lembra:

O fato de trazer à existência outro ser humano é uma das ações que no curso da vida exigem mais responsabilidade. Se o ser que é gerado não tiver pelo menos as oportunidades comuns de uma existência desejável, tomar a cargo esta responsabilidade de conceber uma vida – que pode ser uma desgraça ou uma benção - é um crime contra este ser⁹.

Mill está certo. Dar a luz a um ser e não prover pelo seu cuidado, deixando de dar aos filhos carinho, alimentação, educação, é um dos maiores crimes que pode ser cometidos contra uma pessoa. Assim quem deve decidir ter ou não filhos são aqueles responsáveis por cuidar da criança, sua mãe, ou seu pai e sua mãe conjuntamente. A responsabilidade de quem filhos têm é imensa, e exatamente por isso a decisão de dar ou não a luz deve ser uma decisão de quem vai ter os filhos e jamais uma decisão do Estado. O Estado não deveria estar autorizado a obrigar ninguém a ser mãe ou pai, assim como o Estado não obriga ninguém a não ser mãe, ou não ser pai. A função do Estado não é a de coagir através da lei os indivíduos a darem a luz a seres humanos contra a vontade destes indivíduos, como faz o Estado brasileiro ao manter uma legislação que criminaliza o aborto. Não é papel do Estado obrigar as mães a ter filhos indesejados. Deve ser o papel do Estado sim, educar as mulheres em relação a práticas anticonceptivas, educar as mulheres e os homens para que tenham sexo seguro, mostrar às mulheres e aos homens que colocar uma criança no mundo é um ato que exige responsabilidade para com este ser pela vida toda, e que esta responsabilidade pelo cuidado dos filhos é das mães e dos pais e não pode ser substituída pela confiança na ajuda de outros ou na intervenção divina.

Deveria ser o papel do Estado atuar através da modificação da nossa mentalidade em relação à reprodução, tornando esta não uma obrigação, mas uma escolha consciente, de modo que nos conscientizemos que o ato de colocar filhos no mundo, o ato de "criar a vida" é um ato que exige responsabilidade e cuidado para com

⁸ MILL, John Stuart *Sobre a Liberdade em A Liberdade, Utilitarismo*, São Paulo, Martins Fontes, 2000.

⁹ Mill, op.cit p.164.

o ser gerado. Dar a luz indiscriminadamente e sem responsabilizar-se pelos filhos, como se o importante fosse a quantidade da geração e não a preocupação com a qualidade de vida, a educação e a formação ética do ser criado, é um comportamento que deveria ceder gradativamente seu lugar à "reprodução consciente" - já permitida pelo avanço nas tecnologias reprodutivas e de controle reprodutivos como a pílula anticoncepcional - aonde o importante não é o número de crianças geradas, mas o cuidado dos pais para com elas oferecendo-lhes apoio, carinho, educação e formação moral, e o cuidado do Estado oferecendo educação para os filhos das famílias carentes, segurança e paz.

Assim é importante discutir seriamente neste momento em que a população na Terra chega ao seu sétimo bilhão, a questão da geração e da maternidade. A maternidade não pode ser entendida como uma obrigação, ela tem de ser entendida como uma opção. É errado obrigar alguém a ter filhos. Por outro lado, uma vez que este filho tenha sido gerado, uma vez que ele esteja no mundo, é absolutamente errado do ponto de vista moral eximir-se de responsabilidade para com ele. Isto é o que eu chamo de "reprodução consciente" ou "maternidade e paternidade consciente". Nos animais a maternidade é inevitável; se uma fêmea tem sexo ela não tem como evitar a gravidez. No ser humano, especialmente a partir da invenção da pílula anticoncepcional, a situação é outra; a maternidade e a paternidade são cada vez mais uma questão de escolha, de opção. Hoje, já não é mais necessário nem o sexo para que uma mulher seja mãe. Com o desenvolvimento das técnicas de reprodução artificial é possível ser mãe sem ter relações sexuais. A não necessidade do sexo para a reprodução tem um caráter muito positivo porque faz com que seja possível que cada vez mais só assumam a maternidade aquelas mulheres que efetivamente querem ser mães e se sentem preparadas pra isso. A maternidade escolhida, a "reprodução consciente" é com certeza muito mais saudável, para a mulher e para as crianças, do que a maternidade imposta.

As consequências da não legalização do aborto no Brasil

Entre todos os males causados pela não legalização do aborto em vários países do mundo, e no Brasil, o maior de todos, me parece é o de que a proibição do aborto, como todos nós sabemos, faz com que milhares de mulheres pratiquem o aborto nas piores condições possíveis, usando os métodos mais rudimentares e inseguros

imagináveis e correndo risco de vida¹⁰. Este número poderia ser largamente diminuído se o aborto fosse legalizado em nosso país e pudesse ser livremente feito nos hospitais públicos e privados, já que em países aonde não há aborto inseguro o número de mortes maternas por aborto é ínfimo. Se aqueles que se dizem “a favor da vida e contra o aborto” são de fato a favor da vida, o que teriam eles a dizer a respeito destas milhares de vidas que se perdem a cada ano no mundo em função das restrições ao aborto na legislação que leva milhares de mulheres no mundo a praticar abortos sem as menores condições de segurança?

È sabido também que as taxas de natalidade em países do chamado terceiro mundo são muito mais altas do que aquelas dos países do primeiro mundo, gerando um problema adicional a ser resolvido pelos governos do terceiro mundo, já que taxas de natalidade muito altas estão em geral associadas à pobreza e ao subdesenvolvimento. Todos nós sabemos que este problema só será resolvido com educação sexual e reprodutiva e não apenas através da legalização do aborto. Mas por outro lado a não legalização do aborto só torna a situação ainda pior, já que as mulheres que engravidam são obrigadas por lei a ter estes filhos (a não ser nos casos do risco de vida para a gestante, estupro, e mais recentemente, de feto anencéfalo) mesmo que não queiram.

Na verdade, em um país como o Brasil a não legalização do aborto é em grande parte devida a influência que grupos religiosos e Igrejas das mais diversas matizes têm sobre nosso sistema legislativo e sobre a população em geral. Há uma perversidade muito grande aqui, entretanto, porque fazer as pessoas acreditarem que elas estão fazendo alguma coisa de muito errada ao abortar, e condenar as mulheres e famílias a terem filhos sem o desejar, é uma irresponsabilidade, e paradoxalmente, um desprezo pela vida das mulheres.

Mais do que nunca me parece que é necessário desconstruir o discurso *pro life* conservador e mostrar os seus fundamentos hipócritas e prejudiciais à humanidade, assim como elaborar políticas públicas que efetivamente promovam a liberdade e a vida. Esta falsa dicotomia, amplamente propagandeada, de que os grupos conservadores

¹⁰ Observe-se que Segundo a World Health Organization (2011) o número de abortos inseguros continua a crescer no mundo, passando de 19,7 milhões em 2003 para 21,6 em 2008, sendo que, e este dado é importantíssimo, quase todos acontecem em países subdesenvolvidos. Os números de mortes devidas a abortos inseguros correspondem a 13% de todas as mortes maternas, embora haja redução deste número, passando de 69.000 em 1990, para 56.000 em 2003 e 47.000 em 2008, um número proporcional ao declínio do número médio de mortes por complicações de parto no mundo.

anti-aborto são grupos que “defendem a vida” enquanto os grupos a favor do aborto são a representação do mal e das trevas na terra e “defendem a morte”, precisa ser desmascarada. Como podem dizer que “defendem a vida” aqueles que não querem que se faça pesquisa com embriões quando estas pesquisas podem trazer a cura de males como Alzheimer, Parkinson e outras doenças que causam sofrimento, dor e matam milhares de pessoas? Como podem dizer que defendem a vida aqueles que defendem que o aborto continue sendo considerado um crime, condenando a morte milhares de mulheres que são obrigadas a fazer o aborto na ilegalidade e nas piores condições possíveis?

Vivemos em um tempo aonde de fato a vida não vem sendo valorizada. São bárbaros e indescritíveis os crimes cometidos por grupos de bandidos em países como o Congo e a Somália, aonde estupros em massa e crimes hediondos são usados como estratégia de guerra. Também ao redor do mundo grupos religiosos neoconservadores, das mais diversos matizes, insistem em prender-se a uma visão retrógrada de que sexo é para a reprodução, e em nome disto não só não incentivam e não apoiam políticas de educação reprodutiva como condenam o uso de métodos anticonceptivos, contribuindo assim criminosamente para um ciclo vicioso de fome, doenças e dor aonde a maternidade esta muito longe de ser uma escolha e um prazer, tornando-se uma obrigação e um fardo. Aqui no Brasil a vida é definitivamente desvalorizada com um aumento sem precedentes nas taxas de criminalidade em todos os segmentos, mas especialmente entre jovens de baixa renda, com estes se matando por motivos absolutamente fúteis. As cenas horripilantes de decapitação que testemunham a degradação humana recentemente ocorridas no presídio de Pedrinhas no Maranhão mostram que definitivamente é necessário que seja feita uma defesa da vida e do valor da vida, mas esta defesa deve ser uma defesa verdadeira e não hipócrita. Defender que as pessoas não têm o direito de abortar podendo até ser presas por fazê-lo, embora seja aparentemente defender a vida, é na realidade defender a morte de milhares de mulheres, é defender que crianças sejam colocadas no mundo por obrigação e não por amor, condenando-as a uma infância de abandono e de falta de cuidados familiares, cuidados estes que são fundamentais para que qualquer ser humano tenha uma vida digna. Defender que seja errado destruir embriões, quando a pesquisa com estes pode servir para a cura de várias doenças que assolam a humanidade causando sofrimento e

mortes, é um estranho conceito do que seja “defender a vida”. E o utilitarismo pode nos ajudar a desmascarar este embuste!

É preciso que a sociedade faça uma profunda reflexão para que possamos decidir o que deve ser legal e o que deve ser ilegal a partir da razão e da discussão das consequências das ações e não a partir de dogmas. É preciso que o discurso conservador seja desmascarado, mostrando aquilo que ele realmente é, ou seja, um discurso hipócrita que reforça a ideia da maternidade como sendo uma obrigação da mulher e não uma escolha sua, um discurso que concebe sexo como sendo unicamente destinado à procriação, e não como um modo de obter prazer e manifestar afeto. É preciso principalmente desmascarar a falsa visão de que o discurso conservador, anti aborto e *pro life* é um discurso em “defesa da vida” mostrando as suas contradições, revelando a sua verdadeira face, que é a face da manutenção da submissão feminina, do obrigar as jovens a exercer uma maternidade que elas não desejam e para a qual não estão preparadas; um discurso em "motivos dos mais fúteis" que sentencia crianças a serem abandonadas ou crescerem sem afeto e sem amor, que condenam mulheres a morte em suas tentativas desesperadas e mal sucedidas de não terem os filhos que contra sua vontade o Estado, pressionado por grupos religiosos, lhes obriga a ter. Desmascarar este discurso, e mostrar as consequências nefastas de sua adoção faz parte da luta pela defesa da vida, a verdadeira luta pela defesa e valorização da vida, pela paz, contra a banalização da morte, por um mundo mais afetivo e solidário, no qual se empregue todos os meios possíveis no esforço de curar as doenças que afligem e causam sofrimento à humanidade e no qual as crianças que nele nasçam e cresçam sejam realmente desejadas, cuidadas e verdadeiramente amadas por seus pais.

Referências:

GREENHOUSE, Linda e SIEGEL. Reva B. **Before Roe v Wade : Voices that shaped the abortion debate before the supreme court’s ruling**. New York: Kaplan Publishing, 2010.

HUMAN LIFE INTERNATIONAL. Site acessado em 25/02/ 2012 no link <<http://www.hli.org/index.php/news/von-galen-awards/722?task=view>>.

MILL, John Stuart. “Sobre a Liberdade”. In: **A Liberdade, Utilitarismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SMART J.J.C e WILLIAMS B. **Utilitarianism For and Against**. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

SOBRINHO, Dom José Cardoso. Entrevista ao canção nova notícias em 05 de março de 2009 acessado em 22/02/2012 no link:

<<http://noticias.cancaonova.com/noticia.php?id=272440>>.

WEDDINGTON, Sarah. **A question of Choice**. New York: Penguin Books, 1993.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Unsafe abortion: Global and regional estimates of the incidence of unsafe abortion and associated mortality in 2008**.

World Health Organization, 2011, acessado em 22/02/2012 no link:

<http://whqlibdoc.who.int/publications/2011/9789241501118_eng.pdf>.